



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ICMBio/MMA

Parque Nacional da Chapada Diamantina

**Implantação de Práticas de Controle e Manutenção do Patrimônio
Móvel do Parna Chapada Diamantina**

Ana Cristina Pereira de Oliveira

**Palmeiras/BA
2018**

Ana Cristina Pereira de Oliveira

**Implantação de Práticas de Controle e Manutenção do Patrimônio
Móvel do Parna Chapada Diamantina**

Trabalho apresentado ao Ciclo de Formação em
Gestão para Resultados – PGR5, do Instituto
Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade,
como requisito de conclusão.

**Palmeiras/BA
2018**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Cristina Pereira de Oliveira

Implantação de Práticas de Controle e Manutenção do Patrimônio Móvel do Parna Chapada Diamantina

Trabalho apresentado ao Ciclo de Formação em Gestão para Resultados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, como requisito de conclusão.

Aprovada em: ___/___/___

Avaliador 1.....

Avaliador 2.....

Avaliador 3.....

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de atrativos do PNCD e seu entorno.....	04
Figura 2 – Mapa Fundiário do PNCD.....	06
Figura 3 – Reunião do Conselho Consultivo do Parna.....	08
Figuras 4 – Gestão Participativa – TBC em Itaetê.....	08
Figuras 4 – Gestão Participativa – TBC em Itaetê.....	09
Figura 8 – Formulário de Controle de Entrada de Bens.....	15
Figura 9 – Formulário de Controle de Saídas.....	16
Figura 10 – Formulário Termo de Responsabilidade de Uso e Guarda.....	16
Figura 11 – Mapeamento Processo Atual.....	19
Figura 12 – Mapa Processo com Alterações propostas.....	20

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta de atuação prática de facilitação interna, para o desenvolvimento de uma cultura administrativa, exercitando a padronização de procedimentos de controle patrimonial. O desenvolvimento desta prática busca resultados de eficácia e de eficiência na entrega de insumos necessários ao desenvolvimento do trabalho dos clientes internos da Unidade de Conservação. Os clientes internos são os profissionais atuantes na área operacional de combate a incêndios e atividades que requerem bens móveis e veículos.

Trata-se de uma abordagem sobre o compromisso e a responsabilidade no lidar com a réis pública, perpassando pela percepção de que ao se controlar gastos (com perdas ou desvios, por exemplo) contribui-se com a garantia de que os recursos sejam alocados onde e quando realmente se façam necessários. No caso do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o controle patrimonial nas Unidades de Conservação visa garantir que as áreas responsáveis pelas operações finalísticas possam ter disponibilidade dos recursos necessários dentro dos prazos adequados, com qualidade e em quantidades suficientes e adequados às suas necessidades. Este projeto é uma experiência piloto, a ser implementada no primeiro semestre de 2019, na sede administrativa do Parque Nacional da Chapada da Diamantina - PNCD, podendo servir de experiência de implementação de uma cultura administrativa, e possivelmente de implementações futuras de sistemas de controle patrimonial para outras Unidades de Conservação.

Palavras chaves: patrimônio público, desvios, controle, processos, padronização, automatização, envolvimento, desfazimento.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1. Tema:	1
2. Unidade	2
3. Justificativa.....	10
4. Objetivos.....	11
2. METODOLOGIA DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA.....	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
4. RESULTADOS ALCANÇADOS E DISCUSSÃO.....	18
5. CONCLUSÃO.....	21
6. REFERÊNCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema

A necessidade de Implementação de um Sistema de Controle Integrado de Entrada, Saída e Manutenção do Patrimônio Móvel do Parque Nacional da Chapada Diamantina ganha caráter de urgência a partir do momento em que intensificam as atividades de combate a incêndios florestais, requerendo outro patamar de organização administrativa na Unidade. Para chegar à implantação de um Sistema integrado é necessário criar o hábito na equipe de utilizar os formulários de controle.

Até meados de 2014, o controle patrimonial da Unidade estava sob a responsabilidade dos vigilantes (diurnos e noturnos) que pouco se utilizavam de formulários ou arquivos de registros de entrada e saída de bens. Havia indícios de desvios de EPI's, materiais de combate e até de peças de automóveis. Tais desvios se davam através de furtos e, em alguns casos, por meio de doações sem a prévia autorização da chefia ou empréstimos sem controle e sem retorno.

Ao chegar no PNCD, em outubro de 2014, fui incumbida pelo então chefe (Bruno Lintomen) de fazer o controle patrimonial dos bens móveis da UC. Para tanto me foram apresentadas algumas planilhas que continham dados não condizentes com a realidade diagnosticada nos inventários físicos. Desde então, tenho perseguido o objetivo de padronizar os procedimentos de entrada, manutenção e saída de bens, desenvolvendo uma cultura administrativa.

As principais dificuldades encontradas para implementar mudanças vão desde a falta de recursos humanos, falta de comprometimento de alguns membros da equipe e, principalmente, falta de hábito nos procedimentos de controle de saída de material durante ações de emergências ambientais (combate a incêndios principalmente) que ocorrem, muitas vezes, fora do horário do expediente normal do administrativo, necessitando de clareza de procedimentos e agilidade nestas situações de emergência.

A partir da percepção da necessidade do envolvimento de toda a equipe nas ações de controle patrimonial e, valendo-se das teorias, metodologias e ferramentas apresentadas no curso PGR-5, este projeto tem a pretensão de incentivar o

desenvolvimento de uma cultura administrativa, e tornando um costume o uso de formulários de controle levando, no futuro próximo, às melhorias necessárias no sistema de controle patrimonial da UC.

1.2 Unidade de Aplicação

Situada no Centro do Estado da Bahia, numa região coberta por Serras, a Chapada Diamantina conta com uma importante Unidade de Conservação que é o Parque Nacional da Chapada Diamantina - PNCD. Criado pelo Decreto 91.655 de 17 de setembro de 1985, o PNCD abrange uma área de 152.000 hectares de terras pertinentes aos municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras.

“O Parque protege uma parte da Chapada Diamantina, que é uma denominação regional para a Serra do Sincorá, que, por sua vez, é um prolongamento baiano da Cadeia do Espinhaço, conhecida pela grande diversidade biológica e complexidade de ecossistemas.

A Chapada Diamantina pode ser entendida como um mosaico ecológico formado por campos rupestres, cerrados, caatingas, matas ciliares, mata atlântica e pelas ‘fronteiras’ entre cada um desses ambientes, nas quais novas e singulares conformações ecológicas se apresentam.

A flora da Chapada, muito diversa, destaca-se pelas espécies de campos rupestres e de campos gerais, como orquídeas (Orchidaceae), bromélias (Bromeliaceae), sempre-vivas (Eriocaulaceae) e canelas-de-ema (Velloziaceae). A fauna, por sua vez, destaca-se pela presença de espécies de grandes felinos (onça-pintada e suçuarana); de serpentes constritoras (jibóia, sucuri); de roedores de médio e grande porte (capivara, preás e mocós); da grande riqueza de aves (destaque para o gavião-pé-de-serra, o urubu-rei e o endêmico e emblemático beija-flor-gravatinha-vermelha); veados; peixes variados (chamando a atenção dos cientistas as espécies cavernícolas, como o bagre-cego-albino); cutias; coatis; cachorros-do-mato e antas.

Além da sua importância para a conservação da biodiversidade da região, o PNCD é, em grande parte, responsável pela manutenção da quantidade e qualidade das águas do alto curso do rio Paraguaçu, principal rio baiano, de cujas águas dependem milhões de baianos, inclusive cerca de 60% da população metropolitana da capital, Salvador.

A Chapada Diamantina é um dos principais destinos ecoturísticos do país, tendo, também, grande repercussão no turismo internacional. Parte desse poder de atração da região é devido à sua privilegiada geomorfologia, repleta de cânions, montanhas, cachoeiras, cavernas e as chapadas, propriamente ditas.

No próprio Parque, por exemplo, ocorrem regiões com 480m de altitude que contrastam com picos de mais de 1700m, além da segunda mais alta queda d’água do país.

O PNCD pode ser considerado um ícone das unidades de conservação do país, pois sua criação resultou da mobilização, no início da década de 1980, de ambientalistas e da sociedade dos municípios do entorno, conscientes da importância de preservar seu patrimônio natural e suas belezas cênicas.

A Sede Administrativa do PNCD fica na cidade de Palmeiras, que está à 470km de Salvador.”

(Trecho extraído do Blog parnachapadadiamantina.blogspot.com em 10.11.2018)

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma Unidade de Conservação, que se enquadra na lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985 de 2000) como categoria de proteção integral (artigo 2º parágrafo VI). Trata-se de uma das 335 Unidades de Conservação (UC) sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio – ICMBio, órgão de proteção ambiental, ligado ao Ministério do Meio Ambiente/MMA.

Conforme explicitado no trecho acima, essa UC tem importância vital para o Brasil e, principalmente, para os baianos que se beneficiam de suas águas límpidas tanto para uso turístico como para o abastecimento de seus lares.

Portanto, a manutenção da estrutura da sede administrativa do PNCD é de fundamental importância, servindo como base de apoio para a execução dos trabalhos das áreas de proteção, manutenção e monitoramento do uso público, objetivando a preservação ambiental de importante monumento natural.

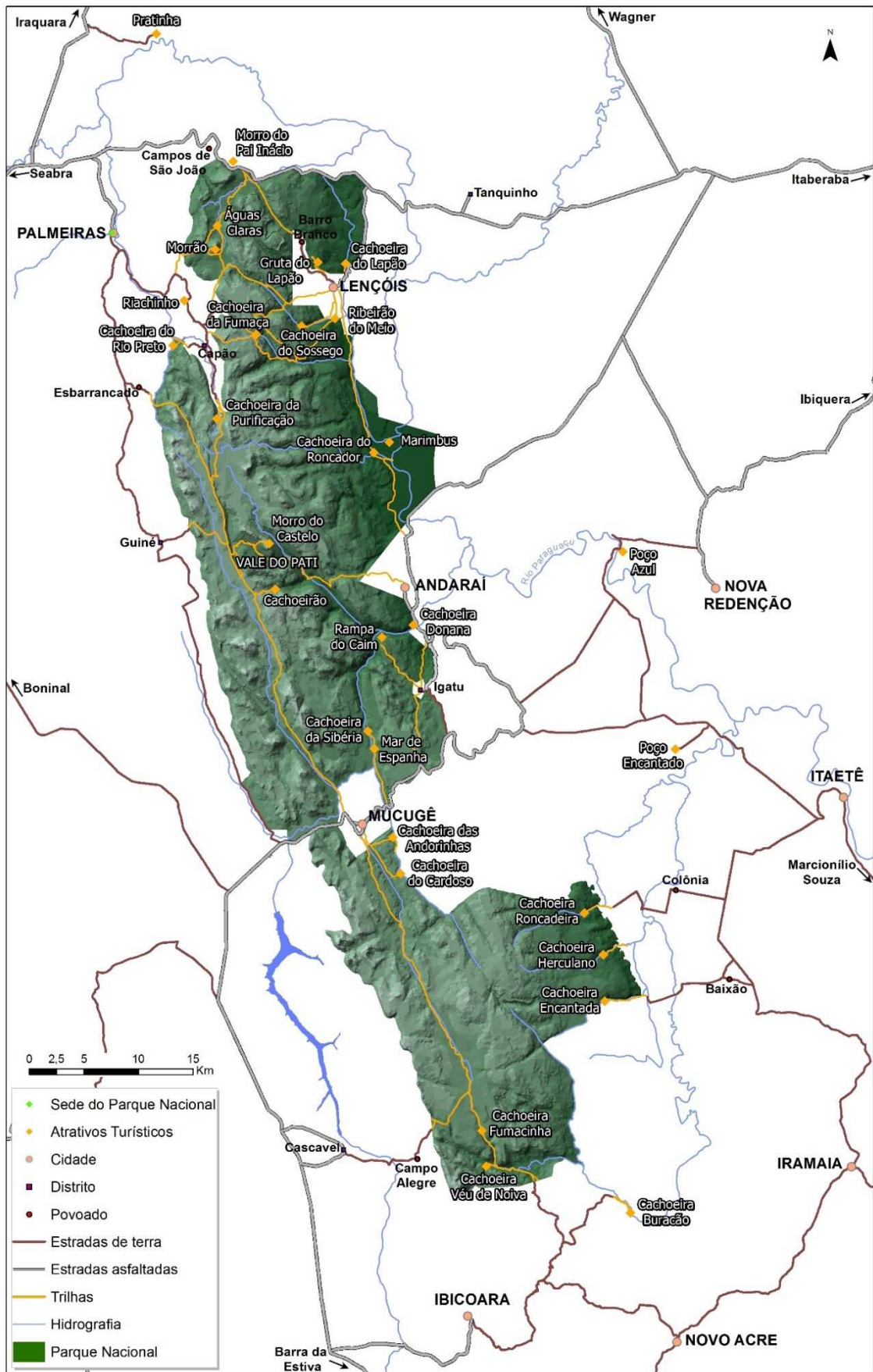


Figura 1. Mapa de atrativos do PNCD e seu entorno.

1.2.1 Equipe

No período de 2008 a 2010 a unidade teve até seis servidores, além de quatro cargos de terceirizados (Motorista, Secretaria, Limpeza e Vigilância). A partir de então e até meados de 2014, a unidade dispunha de apenas três servidores (analistas ambientais), uma secretária terceirizada e uma profissional responsável pela limpeza, além do motorista e dos vigilantes.

De 2010 até meados de 2014, os três analistas dividiam as tarefas relativas às áreas de Regularização Fundiária, Proteção Ambiental (Fiscalização e Incêndios) e Gestão Administrativa. Nesta fase não havia nenhum servidor atuante na área de Visitação e Uso Público.

Em maio de 2014, a equipe recebeu uma analista (Marcela de Marins) que ficou responsável pelo Monitoramento da Visitação e do Uso público do Parna e em outubro do mesmo ano pode contar com o apoio de uma técnica administrativa. Mas, no final do mesmo ano, com a transferência do chefe, Bruno Lintomen (por motivos pessoais), a unidade voltou a ter quatro servidores, realidade vivida até maio de 2016, quando novamente voltamos a ter seis servidores.

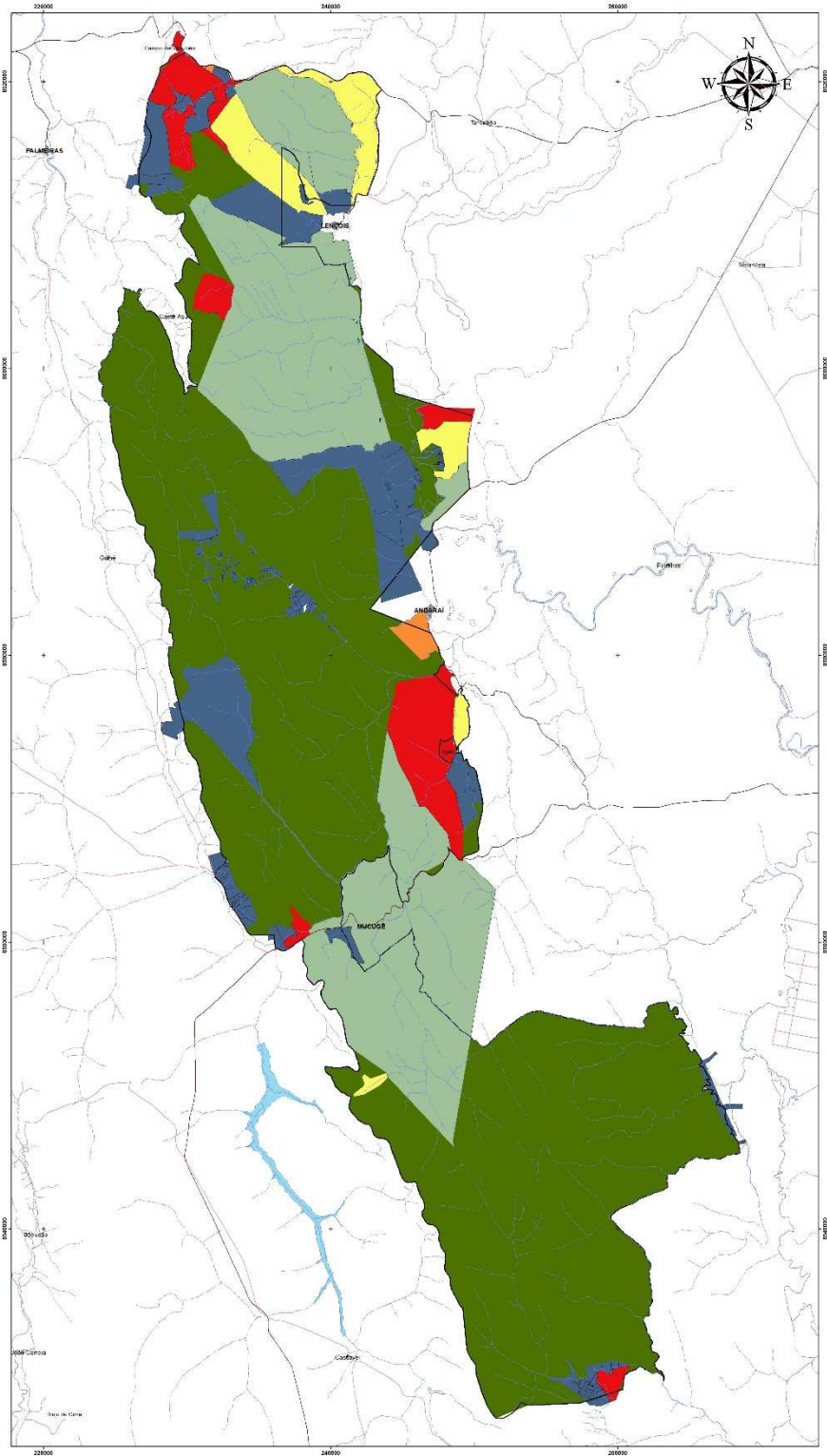
Atualmente (desde 2016), a equipe é composta por seis servidores, somados com o apoio de alguns funcionários terceirizados (um motorista, uma recepcionista, quatro porteiros que revezam 24 horas e uma funcionária da limpeza).

A equipe que atua no PNCD está aquém do recomendado pelo Plano de Manejo que aponta a necessidade de mais de cem pessoas para que haja um ideal funcionamento. Dos seis servidores que fazem a gestão do PNCD, cinco são analistas ambientais, cabendo à técnica administrativa dar suporte administrativo e logístico às suas ações que estão divididas em Gestão Administrativa, Visitação e Uso Público, Regularização Fundiária e Proteção - Emergências Ambientais (Incêndios).

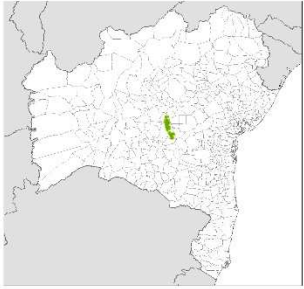
1.2.2 Plano de Manejo

O processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina ocorreu no período de 2004 a 2007, com ampla consulta à população da sua região. O plano foi formalizado através da publicação no Diário Oficial da União através da portaria ICMBio n.9 de 06 de março de 2009. Porém, a

proposta de zona de amortecimento ainda não foi aprovada.



PARNA CHAPADA DIAMANTINA
Situação Fundiária - 2014



- Unidade de Conservação**
- PARNA Chapada Diamantina
- Situação Fundiária**
- Terras Devolutas
 - Áreas desapropriadas
 - Áreas em fase de ajuizamento
 - Áreas com processo administrativo em fase final
 - Áreas com ação judicial aberta pelo proprietário
 - Áreas com processo administrativo em instrução
- Drenagem**
- Corpo d'água intermitente
 - Corpo d'água perene
- Transporte**
- Estrada asfaltada
 - Estrada sem pavimentação
- Localidades**
- Cidades
 - Vilas
 - Povoados

0 2 4 8 12 16 Km
 ESCALA 1:100.000

Projeção Transversa de Mercator - 24 L
 Datum: Conego Alegre
 Drenagem: Sudeste 1:100.000
 Localidades: Sudeste 1:100.000
 Transporte: Sudeste 1:100.000
 Unidade de Conservação: ICMBio
 Levantamento fundiário: UFLA-1998
 Elaboração: PARNAs Chapada Diamantina



Julho de 2014

Figura 2. Mapa Fundiário do PNCD.

1.2.3 Gestão Participativa

O Parque Nacional da Chapada Diamantina foi uma das primeiras Unidades de Conservação do país a implantar seu Conselho Consultivo, no ano de 2001 (Portaria IBAMA n. 185 de 19/12/2001). A participação da sociedade civil neste conselho constitui forma importante de democratização de sua gestão, uma vez que ele possui atribuições fundamentais como acompanhar a elaboração, implementação e revisão do seu plano de manejo e manifestar-se sobre obra ou atividade causadora de impacto.

Trata-se de um Conselho Consultivo bastante amplo, no qual participam tanto representantes de empresas do ramo da agropecuária como comunidades residentes no Parque e em seu entorno, agentes de turismo, entidades acadêmicas, associações de guias e de brigadistas voluntários, além de órgãos governamentais estaduais e organizações não governamentais (Ong) atuantes em movimentos em defesa da proteção e da preservação do meio-ambiente.

São 17 anos de atuação contínua, com realização de quatro reuniões ordinárias anuais e eventuais reuniões extraordinárias, além do funcionamento de câmaras técnicas para acompanhamento de temas específicos. Suas reuniões são itinerantes, ocorrendo em diversas localidades dos seis municípios que abrigam o Parque, e abertas ao público. Atualmente, o Conparna-CD se encontra em processo de renovação para a gestão do próximo biênio.

No tocante às nove comunidades tradicionais residentes no interior do PNCD, não há grandes conflitos e estão sendo realizados Termos de Compromissos com duas delas (Fazenda Velha e Vale do Pati), além da implementação de Turismo de Base Comunitária junto à assentamentos no município de Itaetê, situados no sul do parque.



Figura 3. 64ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do PNCD– Conparna-CD, nas comunidades rurais de São Pedro e Libânio, em Mucugê, no dia 20 de setembro.



Figura 4. Colha e pague nos lotes produtivos do Baixão.



Figura 5. *Café caldeado – Servido no Assentamento Rosely Nunes*



Figura 6. *Gruta Lapa do Bode, Itaetê. Foto: Túlio*



Figura 7. *Poço Encantado Itaetê.*

1.2.4 Infra-estrutura e equipamentos

A sede administrativa do PNCD, localizada no município de Palmeiras, funciona num prédio (com cinco salas, uma cozinha e uma ampla área externa) emprestado pela Coelba em regime de comodato, que também serve de apoio como base para parte do contingente da brigada contratada (com uma cozinha externa e banheiros).

Há alguns meses, foi criada uma base para brigadistas na cidade de Mucugê (em área indenizada dentro do Parna) que ainda se encontra em fase de estruturação mas que já abriga metade da brigada contratada. Por estar geograficamente situada no meio do Parque, esta base tem sido estratégica e eficiente na melhoria do tempo de resposta para atender eventuais incêndios, porém trata-se de uma sub-sede que também necessita de controle patrimonial.

O PNCD possui uma frota de nove veículos que estão em funcionamento, além de outros cinco que foram classificados como inservíveis no último levantamento da Comissão de Desfazimento em setembro de 2018. Estes inservíveis estão ocupando espaço no pátio da Polícia Rodoviária Federal, que já solicita a remoção há mais de dois anos e a Comissão de Desfazimento já tem como indicativo dar a devida destinação aos mesmos no próximo semestre.

1.3 Justificativa

Ao chegar na UC em outubro de 2014, ocupando o cargo de Técnica Administrativa, recebi, entre outras atribuições, a tarefa de organizar o controle patrimonial dos bens móveis da sede. Ocorre que o número de servidores na equipe não permitia fazer um controle eficiente e, além disso, não havia o comprometimento e o envolvimento por parte de alguns terceirizados, era necessário desenvolver uma cultura administrativa. Para se ter uma ideia, um dos vigilantes da época (já devidamente afastado) fazia distribuição de EPI's e ferramentas sem utilizar nenhum critério. Além disso, há indícios de que alguns brigadistas contratados desviavam ferramentas e peças de carros durante o período em que estavam como servidores.

Todo esse cenário, culminou com um assalto sofrido pela unidade no início do ano de 2016, quando foram levados dois notebooks e algumas armas, apreendidas

por caça ilegal, que estavam sob custódia da UC.

Esses fatos impactavam em problemas nas ações de fiscalização, monitoramento, controle e, principalmente, nas ações de emergências ambientais (como é o caso de algumas bombas mini strikes que não eram encontradas no momento de combate a incêndios florestais, apesar de constarem como disponíveis no controle de estoque).

A partir de maio de 2016, com a chegada da nova chefe (Soraya F. Martins), trazendo consigo um analista (transferido por ser cônjuge), a equipe pode contar novamente com seis servidores e as tarefas puderam ser melhor distribuídas. O controle da frota foi dividido entre os servidores Cezar N. Gonçalves e Luiz A. Coslope e este último passou a controlar também a entrada e distribuição de EPI's, ferramentas, materiais de combates e aparelhos de rádio-comunicação.

Apesar de alguns avanços no controle, da forma como é feito hoje, o processo de controle patrimonial ainda não atende ao seu fim e, por isso, este trabalho apresenta como proposta a implementação que chegará a um sistema de um controle integrado e automatizado, de modo que todos os setores possam obter relatórios atualizados e seguros que informem a quantidade, em que estado e onde se encontram os bens e equipamentos necessários à execução dos trabalhos.

1.4 Objetivo

Este projeto propõe desenvolver uma cultura administrativa melhorando as práticas de controle patrimonial visando, em um futuro próximo, a implementação de um Sistema Automatizado Integrado de Controle do Patrimônio. Um sistema que permita que todo bem adquirido pela UC, seja classificado como patrimônio móvel, seja lançado num sistema de controle que permitirá fornecer relatórios atualizados – tanto para a gestão administrativa quanto para a área operacional.

Além disso, esse projeto visa prover toda a área operacional, no sentido de viabilizar, dentro dos limites da realidade que se apresenta, a disponibilidade de recursos para a sua atuação. Trata-se, então, de garantir a logística necessária nas operações de prevenção, controle da visitação, proteção e conservação do meio ambiente.

Inicialmente, a proposta de implementação do novo sistema estava prevista para meados de novembro de 2018, mas algumas demandas de emergências

ambientais nos tomaram a agenda e inviabilizaram a implantação no prazo previsto.

Em início de setembro, o recém criado Parna Boqueirão da Onça (Juazeiro/BA), sofreu com graves incêndios e contava somente com um servidor recém chegado e sem nenhuma estrutura. Foi necessário que déssemos suporte logístico, o que ocupou muito tempo e energia de toda a equipe do PNCD. Já nos meses de outubro e novembro, ocorreram vários incêndios na nossa UC.

Todos esses infortúnios nos obrigaram a readequar o calendário para a aplicação do projeto ficando portanto, sua implementação prevista para ser realizada no primeiro semestre de 2019.

2. METODOLOGIA DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA:

A proposta envolve todos os stakeholders (chefe da UC, servidores, terceirizados e chefes de brigada), com a realização de reuniões, para desenhar e analisar como o processo está funcionando atualmente e quais propostas de melhorias podem ser implementadas.

Inicialmente propõe-se a realização de duas oficinas trimestrais a serem realizadas no primeiro semestre de 2019. Os objetivos a serem alcançados nessa fase são a elaboração, em conjunto, de formulários impressos e padronizados para que haja ambientação ao novo sistema e para que possibilite alterações onde e quando se façam necessárias.

Na condição de responsável pelo projeto, apresentarei propostas com modelos dos formulários a serem utilizados (figuras 8, 9 e 10). Em seguida, far-se-á necessário um inventário geral para se obter o saldo atual real de cada item do estoque do patrimônio móvel (atribuindo-lhes códigos) a fim de alimentar a atualização de planilha do excel (já existente).

Na segunda fase, estão previstas reuniões mensais com o fornecedor do software que iniciará a fase de automatização do sistema. Com a mesma periodicidade, haverá também reuniões com os stakeholders dando-lhes feedback sobre a fase em que está o processo e de que maneira estarão sendo implementadas as mudanças.

A terceira fase do projeto prevê a implantação modular e gradual do software, iniciando-se pelo controle de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e ferramentas de combate, que é onde se nota maior vulnerabilidade.

Na quarta etapa será feita a integração dos módulos (softwares) do sistema de controle. Se trata da última etapa de execução e início da fase de controle e de eventuais alterações que se façam necessárias.

Devido à circunstâncias já relatadas anteriormente, o projeto não pode ser implementado no corrente ano, tendo sido realizada somente uma reunião com a equipe de servidores.

Nas conversas realizadas “na hora do café” com servidores, pôde-se constatar que existe um concesso na priorização da padronização, integração e

automatização dos procedimentos administrativos. Para tanto, faz-se necessário o controle do processo desde o recebimento do bem, com a entrega para a área requisitante (incluindo as rotinas de protocolo e plaqueamento patrimonial), o cuidado com a guarda, a manutenção, o empréstimo, a doação e outros eventuais incidentes que venham a ocorrer. Todo esse processo deve culminar no subprocesso de desfazimento.

Apesar de não termos tido a oportunidade de dar continuidade nas atividades inerentes à implementação do projeto, há que se argumentar que já conseguimos garantir orçamento (através do GEF Terrestre) para o software que será instalado e a equipe está empenhada em viabilizar a implementação do novo sistema, com previsão de efetivação para o primeiro semestre de 2019.

Escritório
Saída Registrada por: (Porteiros, Recepcionista ou outro servidor - senha)

Figura 9. Modelo de Controle de Saída

PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA (Logomarca)

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO E GUARDA DE EQUIPAMENTOS						
Data	Destino		Código do Tipo	Qtde.	Discriminação	Saída registrada por
	Código	Responsável				
04.01.2019	2	ACV-VC	3	1	Bomba Mark 3	Fulano

Eu, Fulano de Tal, R.G. _____, representante da ACV-VC, declaro ter recebido os itens acima relacionados, me responsabilizando por eventuais danos ou desvios e me comprometendo a devolver na data prevista neste termo.

Assinatura

Devolução Prevista para: _____/_____/_____

Devolvido em: _____/_____/_____

Recebido Por: _____

Figura 10. Modelo de Termo de Responsabilidade

3. REFERENCIAL TEÓRICO:

A elaboração e realização deste trabalho será baseada nas teorias de BPM (Business Process Management) também conhecido como Gerenciamento de Processos de Negócios, que tivemos acesso no decorrer dos três módulos do curso PGR-5. Esse conceito possibilita a utilização de ferramentas de gestão estratégica na melhoria de processos de negócios.

O Plano de Manejo do PNCD, em seu encarte 4 (pág. 31) apresenta seus objetivos estratégicos que , dentre outros, está o de “Garantir que o Parque seja visto e entendido como um símbolo harmonizador das relações entre os seres humanos e a natureza, contribuindo, também, nas questões ambientais globais.”.

Seguindo as metodologias das ferramentas do Balanced Scorecard – BSC, primeiramente faz-se necessário que a equipe envolvida tenha clareza da missão da

UC, além da percepção da importância da melhoria dos processos internos para o alcance de seus objetivos estratégicos. Para tanto, serão realizadas reuniões, oficinas e seminários de planejamento para que fique claro para todos qual é a missão e a visão do ICMBio e qual a importância da atuação das UC no atingimento dessa missão.

A partir de então, passaremos à fase de modelagem, seguidas da fase teste com formulários impressos, posterior automatização dos processos e controle do novo modelo implementado.

Utilizando um dos BPMN,s apresentado no curso (Plataforma Bizagi), foi feita a modelagem do processo mostrando como ele funciona atualmente e, em seguida uma proposta de como ficará após as mudanças. Porém todo esse conteúdo ainda pode ser melhorado durante as oficinas que se pretende realizar.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS E DISCUSSÃO:

Após o segundo módulo do curso, em reunião com a equipe, ficou decidido o seguinte desafio de gestão *“Entender e organizar o “passo a passo” para a aquisição, o controle e o desfazimento de bens patrimoniais do Parque Nacional da Chapada Diamantina – PNCD; Estabelecer fluxogramas de trabalho em consonância com a legislação pertinente a fim de sanar as lacunas existentes tendo como projeto piloto o funcionamento da Comissão de Desfazimento – dentro do prazo previsto - já instaurada; A partir daí, criar Sistema de Controle Patrimonial para a Unidade.”*

Porém, ao trabalhar o terceiro módulo, percebemos que havia uma necessidade de recorte no desafio. O novo desafio *“Implementação de um sistema integrado e automatizado de controle patrimonial”* foi apresentado à equipe de servidores e as propostas de mudanças foram bem recebidas por todos. O apoio da atual chefia da UC, Soraya Fernandes Martins - escolhida como patrocinadora do projeto – também foi de fundamental importância, garantindo, inclusive, os recursos financeiros (através do GEF Terrestre) para a implementação do projeto.

Como citado anteriormente, fatores tempestivos e intempestivos nos impediram de dar continuidade na implementação do projeto em 2018. Porém, através de conversas individuais, já estamos cultivando a ideia, principalmente junto aos terceirizados, de que é preciso haver mudanças no sistema de controle patrimonial da UC.

Além disso, estão previstas readequações no quadro e nas funções de alguns terceirizados, o que também impactará na percepção da importância do cuidado e controle com o patrimônio da Unidade. Também por conta desta readequação, se fez inócua a realização de reuniões ou oficinas em 2018.

Ainda como produto da elaboração deste trabalho, apresentamos alguns modelos de formulários que já vão ser postos em prática no mês de dezembro. A ideia é que se torne obrigatório o registro de qualquer movimentação de bens para que os funcionários envolvidos já possam começar a se ambientar com as mudanças que ocorrerão.

Por parte da responsável pelo projeto, foi realizada uma análise do processo de controle patrimonial existente, identificando-se as lacunas e gargalos que inviabilizavam o atingimento da eficiência no atendimento das demandas da área operacional da UC. Pretende-se ainda, para as próximas etapas, realizar reuniões com a equipe ampliada para definir o plano de ação.

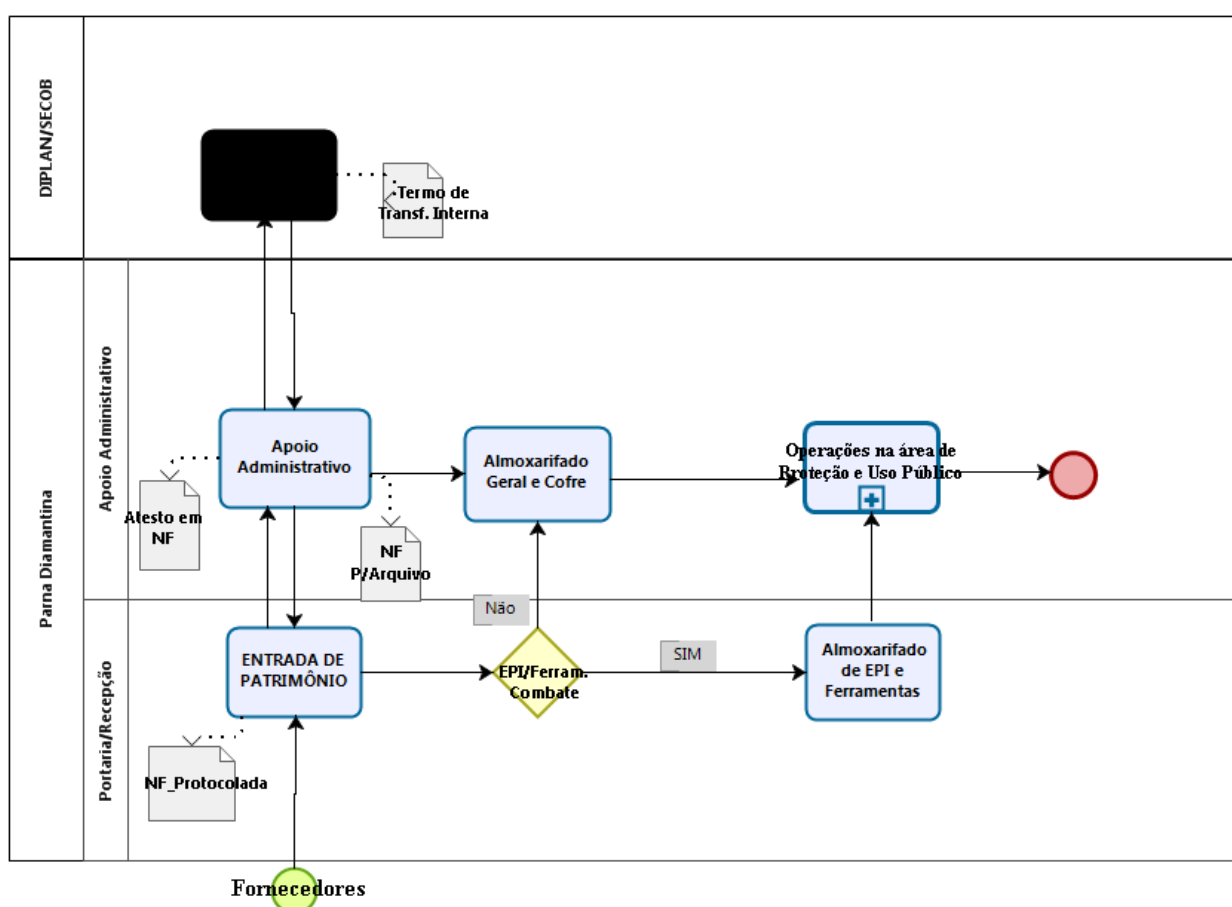


Figura 11- Mapeamento do processo - Atual

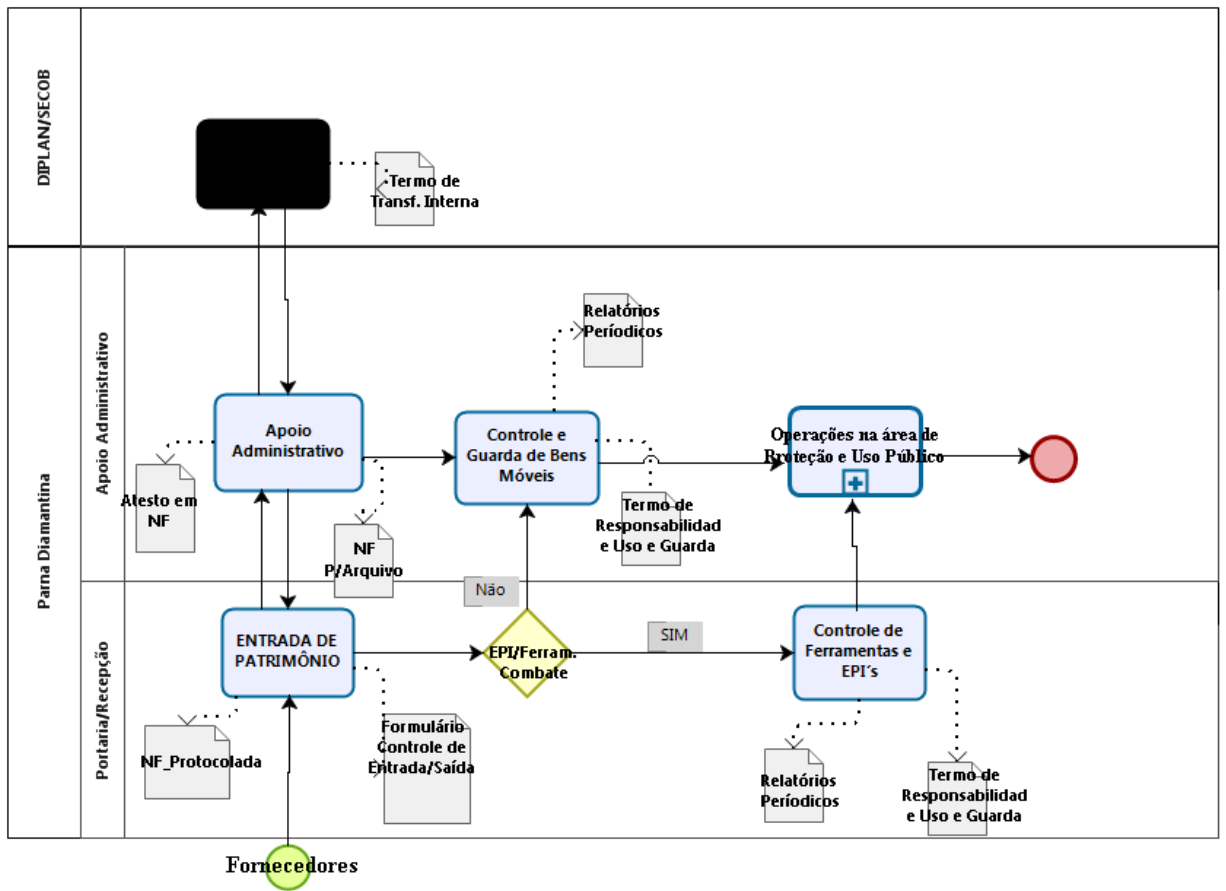


Figura 12- Mapeamento do processo – Proposta de Mudança

5. CONCLUSÕES

Em algumas reuniões realizadas com a equipe, a proposta deste trabalho foi bem acolhida pelos servidores, que ofereceram total apoio à implementação. Mas, infelizmente, ainda não houve condições favoráveis para a realização de reuniões com outros stakeholders (porteiros, recepcionista e chefes de brigadas) para a apresentação da proposta. Ocorre que, nos meses de setembro e outubro, estivemos todos envolvidos com a logística de incêndios florestais. Ademais disso, estava em funcionamento a Comissão de Desfazimento composta por três servidores, tendo como presidente esta que aqui escreve. Essa comissão tinha prazo até meados de outubro para concluir os trabalhos.

Assim sendo, apesar do esforço concentrado da equipe, não pudemos implementar o projeto neste ano, mas este já está contemplado dentre as ações programadas para a agenda de encaminhamentos do primeiro semestre de 2019.

A necessidade do desenvolvimento de uma cultura administrativa, com o enraizamento de práticas de controle patrimonial é hoje uma prioridade reconhecida por todos da equipe do Parque Nacional da Chapada da Diamantina.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIATION OF BUSINESS PROCESS MANAGEMENT PROFESSIONALS – ABPMP. Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio – Corpo comum de conhecimento – ABPMP BPM CBOK v.3.0. 1. Ed. São Paulo: ABPMP Brasil, 2013.

BROCKE, J. V.; ROSEMAN, M. Manual de BPM: Gestão de processos de negócio. Porto Alegre: Bookman, 2013.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Mapas Estratégicos – Balanced Scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. 15. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

<https://portal.bizagi.com/en/home-secure/bizagi-modeler-portal>

[http://parnachapadadiamantina.blogspot.com/visitado em 10.11.2018 às 15h.](http://parnachapadadiamantina.blogspot.com/visitado%20em%2010.11.2018%20às%2015h)

[http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/visitado em 15.11.2018 às 14h30m.](http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/visitado%20em%2015.11.2018%20às%2014h30m)